



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 18 de junho de 2020

No dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas, no edifício do Multiusos, sito à Rua Nuno Álvares Pereira – Montalegre, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da 1ª sessão ordinária do dia 28 de fevereiro, do ano 2020.

2 – Período Antes da Ordem do Dia.

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. / Para conhecimento;

3.2. Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2019 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

3.3. Aprovação do Relatório de Contas Consolidadas – ano 2019;

3.4. Aprovação da 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2020 (Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e Despesa, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento);

3.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março / Para conhecimento;

3.6. Aprovação do pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias Paradelas Contim e Fiães, destinado à beneficiação das obras das aldeias de Ponteira, Loivos e Fiães;

3.7. Aprovação do pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado ao funcionamento corrente da União de Freguesias;

3.8. Hotel Vista Alegre, Lda. / Declaração de interesse público municipal de empreendimento turístico / Aprovação;

3.9. Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade no Município de Montalegre – “Olhares pela Maternidade”;

3.10 Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Concessão de Regalias à Corporação de Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3.11. Proposta de aprovação da participação na Associação ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas;

3.12. Proposta de aprovação da doação de Autocarro pesado de passageiros – 92-83-SI, ao Município do Tarrafal de Santiago – Cabo Verde;

3.13. EHATB / Relatório e Contas 2019 / Para conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e nove membros à exceção de Manuel Carvalho, António Ferreira, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins, Sandra Pinto, Marco Sousa, João Surreira, Márcio Azevedo, Vitor Carreira, Lúcia Jorge, João Paulo Anjo, e João Santos.

A sessão da Assembleia Municipal prevista para o mês de abril foi suspensa nos termos da Lei nº: 1-A/2020 e de acordo com o edital nº:29/2020.

Assim, justificaram as faltas à sessão do dia 28/02/2020 os deputados Manuel Carvalho, Ana Maria Martins e José Fernando Moura.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Face à ausência do 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Manuel Carvalho, foi designada pelo Presidente da Assembleia Municipal para integrar a Mesa da Assembleia, como 2º Secretário, a deputada Gorete Afonso.

1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da 1ª sessão ordinária do dia 28 de fevereiro, do ano 2020.

A ata da sessão ordinária do dia 28 de fevereiro foi posta à consideração, tendo o deputado Duarte Gonçalves feito um reparo.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte declaração: “Quanto à ata em apreciação, votarei a favor da redação da mesma, contudo não posso deixar sem reparo o facto de a mesma ser omissa quanto à resposta do Sr. Presidente da Câmara relativamente à minha questão sobre a concessão de exploração mineira no Vale das Corças, em Meixedo.”

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Nuno Pereira, Jaime Barroso e José Fernando Moura.

2 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, João Soares, João Carlos Rodrigues, José João Moura, Nuno Pereira, Ana Isabel Dias, Ricardo Moura, Paulo Barroso, José Bento Caselas, Iva Rebelo, José Luís Nogueira, Manuel Rebelo, Rui Cruz, Sandra Gonçalves e Fernando Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas: começo com uma palavra sobre os tempos conturbados pelos quais passamos.

De facto, vivemos uma realidade nova, com isto do Covid.19, à qual todos temos de nos adaptar. Tenho algumas divergências quanto à ação governativa na resposta a este problema, sobretudo no que respeita ao timing das decisões e das medidas. Mas não importa olhar para trás e sim enfrentar a realidade presente e futura, lembrando que a guerra continua e já se fala em possível segunda vaga.

É verdade que ninguém nasceu diplomado em questões de combate ao vírus, foi algo que surgiu de forma abrupta e carece das respostas possíveis.

Devo nesse particular dizer que o esforço do município nesse combate foi meritório. É sempre possível fazer-se mais aqui ou ali, mas fez o necessário. Os dados reportados pela autoridade de saúde são positivos e esperamos que assim se mantenham, pois isto ainda não acabou.

Neste particular devemos dar os parabéns aos Barrosões, que souberam acatar as indicações das autoridades, cumpriram de forma exemplar e até por vezes exigente e rigorosa. É preciso é manter os cuidados, não baixar a guarda neste período pós-confinamento, porque isto ainda não passou!

No que respeita ao dia do município, gostaria, Sr. Presidente, de referir que a sessão solene foi o que foi, podia ser mais nobre, ou mais participada, sobretudo com pessoas mais representativas. Pode ter sido estratégia ter lançado o convite público tão em cima da hora, talvez para evitar concentrações de pessoas em contexto de COVID-19. Contudo deixe-me que lhe diga que esta câmara socialista tem feito tábua rasa do protocolo. Nós não queremos ser mais que ninguém, mas há convites que têm de ser feitos de forma formal e antecipada para organizarmos a nossa vida de forma a podermos estar presentes. Eu não sou obrigado a adivinhar a que horas toca a banda! Os vereadores, os deputados e as entidades civis, militares e religiosas deviam ter sido convidados de modo formal e protocolar. A sua ausência foi notória. Outro assunto que gostaria de abordar tem a ver com o despovoamento.

O grande mal do nosso concelho é o despovoamento. Algo que de senso comum se constata, mas que as estatísticas vêm agora mostrar através do PORDATA com a revelação de indicadores concelhios.

Os dados demográficos apresentados revelam que o município perdeu mais de mil e quinhentos habitantes.

A população idosa com 65 anos ou mais aumentou de 32,3% para 35,6%.

A percentagem da população em idade ativa (15 aos 65 anos) teve uma descida de 1%. Mas quero-me concentrar nos jovens. Para mim o mais preocupante é verificar que a sangria se verifica sobretudo nos jovens com menos de 15 anos, de 10,1% em 2010 para 7,7% em 2018.

Um indicador deveras preocupante.

Não só não estamos a conseguir atrair pessoas a residir no território como continua a debandada dos nossos que abandonam a terra mãe porque nela não encontram sustento, resposta ou condições devidas.

Uma perda tão acentuada de jovens até aos 15 anos é algo que nos deve fazer pensar e levar a traçar políticas que permitam estancar esse flagelo.

Reparem que de acordo com o PORDATA os nascimentos até aumentaram, portanto, este decréscimo de jovens refere-se, pelo que depreendo, àqueles que estão a abandonar a sua terra em tão extemporânea idade, e isso preocupa, porque estaremos a perdê-los para as metrópoles e com isso perde-se também as suas raízes culturais e o forte apego à terra que os viu nascer. E com isto é o nosso futuro enquanto comunidade que está em jogo.

Os dados estatísticos revelam ainda que houve uma diminuição de 521 alunos no município, de 1.352 em 2010 para 831 em 2018, matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário. Uma diminuição tremenda que por este andar qualquer dia será difícil fazer turmas, ter determinadas áreas de estudo especializadas, ou até manter abertas certas escolas, diria mesmo estará em causa a existência de dois agrupamentos! Algo precisa de ser feito Sr. Presidente. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Já lá vão mais de três meses!... e o vocabulário gira à volta das palavras: COVID, confinamento, emergência, contingências, distanciamento, máscara, gel, estarem em casa, estar na linha da frente!

Escolha esta última expressão “estar na linha da frente” para dizer, aqui, com sentido de gratidão, que, tal como todos os profissionais de saúde, a nossa Câmara esteve na “linha da frente” no combate a esta pandemia, no nosso concelho, ao tomar no tempo certo e na medida certa, as medidas adequadas de prevenção e de alerta para que o mortífero vírus não se propagasse, desordenadamente, entre nós. E, assim, deve continuar a ser. Para bem de todos os Barrosões! Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando, perante a necessidade de uma higienização mais profunda e frequente, ao longo dos dias, aconselhada pela DGS, isentos do pagamento de água, durante três meses, todos os seus Municípios.

Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando ofertou 115 computadores a alunos carenciados do concelho, referenciados pelo Agrupamento de Escolas local, para que pudessem acompanhar à distância, as aulas ministradas, via internet, quando as escolas encerraram para aulas presenciais.

Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando distribuiu equipamento de proteção individual aos seus municípios, numa altura em que tal bem era particularmente inacessível.

Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando, prevenindo o pior, garantiu a instalação de um Hospital de Campanha, no Multiusos, dando um exemplar sinal de confiança e segurança aos possíveis futuros infetados!

Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando promoveu uma campanha de incentivo à compra e consumo de anhos e cabritos do concelho, por ocasião da Páscoa, numa clara manifestação de apoio à economia local, bem como quando, em parceria com a Cooperativa Agrícola de Barroso, estabeleceu, com a empresa de distribuição alimentar – Jerónimo Martins, um protocolo de aquisição de carne bovina do nosso concelho.

Esteve bem a Câmara e “na linha da frente”, quando, ao tempo do desconfinamento, tomou e está a tomar as medidas prudentes e equilibradas, de acordo com as preceituadas pela DGS, para que tudo corra pelo melhor no nosso concelho.

Um bem-haja do tamanho do nosso concelho, em nome de todos os Barrosões!

Uma segunda nota, apesar do cancelamento de todos os eventos que poderiam vir a gerar aglomerados, potenciadores de vírus, a Câmara Municipal não quis deixar no esquecimento o Dia do Município (9 de Junho) e soube celebrar esta data com grandeza e dignidade, mesmo com todas as limitações que o novo tempo impõe. Sim, com grandeza e dignidade! Junto ao Castelo – o monumento maior deste território e ao som dos acordes da Marcha de Montalegre, o verdadeiro hino deste País Barrosão! Magnífico!

Uma nota final, faço votos para que todos saibamos sair, deste mau momento, mais fortes na solidariedade e na grandeza de alma que caracteriza o Povo Barrosão! Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Depois deste interregno devido à pandemia, que criou uma situação nova, difícil e de consequências ainda incalculáveis, é o momento de fazer uma análise e quero fazê-la no plano nacional, local e global. Em primeiro lugar, e numa dimensão nacional, uma palavra de reconhecimento ao Governo e ao Primeiro-ministro pela forma corajosa e serena como enfrentou este terrível problema, a atuação exemplarmente competente do senhor Presidente da República e a postura do líder da oposição. Estiveram, até aqui, à altura das suas responsabilidades e todos deram provas de sentido de Estado, de unidade e cooperação institucional, o que motivou os portugueses e permitiu referências elogiosas a Portugal e, dessa forma, ganhos para o nosso prestígio internacional, traduzido agora na escolha do nosso país para se jogar o que falta da edição deste ano da liga dos campeões que decorrerá em agosto.

Um país pequeno e com limitações saiu-se melhor que outros mais poderosos.

Afinal o SNS respondeu e foi considerado um dos melhores do mundo!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Estado Social estava preparado para a emergência e até os que antes reclamavam por estado mínimo lá foram bater à porta e houve resposta competente e igualitária.

A liberdade, a democracia, a tolerância e o estado de direito foram sempre preservados e respeitados.

Em segundo lugar, e numa dimensão local, deixar uma palavra à autarquia, no nome do senhor presidente da câmara, que cedo se deu conta da necessidade de tomar decisões de âmbito sanitário, de apoio social e de dinamização económica.

E deixo alguns exemplos: o multiusos foi convertido em hospital de campanha, que felizmente não foi necessário, e esperemos não venha a ser; o apoio em equipamento de proteção individual ao centro de saúde, aos bombeiros e às IPSS; a criação do mercado hortícola que incentiva a produção e o consumo local; a promoção da região com o incentivo ao turismo e à restauração; a distribuição de computadores por alunos de forma a criar igualdade de acesso à educação; a isenção do pagamento de consumo de água para as famílias e para as empresas, para todos os proprietários, que abrange também as casas dos nossos emigrantes, que não puderam vir na páscoa, mas que estarão entre nós em agosto para lhe agradecermos por tudo o que fazem pela sua terra, pela economia local e por Portugal.

Tanto na dimensão nacional com na dimensão local houve trabalho, inteligência e patriotismo.

Mas tão ou mais importante que estas duas dimensões, e em terceiro lugar, permitam-me que deixe uma reflexão numa dimensão global, porque há agora que receber as lições do que nos bateu à porta e do que se vê pelo mundo.

E atenção porque pior que a pandemia do vírus é a pandemia da mentira, do ódio, da violência, do autoritarismo e é essa que temos de combater com mais determinação porque é a maior ameaça para a humanidade.

E deixo algumas passagens que certas personagens protagonizaram. Desde logo a promoção das divisões e confrontos e a imagem do ameaçador Trump com a Bíblia na mão; os discursos abjetos de Bolsonaro que acabam com o grito de “Deus é Tudo”; o Vítor Orban a pedir a “bênção de Deus” antes de suspender a democracia na Hungria; O fascista Salvini a falar num comício a proclamar o ódio com um rosário na mão; e por cá o vale tudo Ventura a dizer que Nossa Senhora de Fátima lhe mostrou a luz.

Pareciam inofensivos, mas temos hoje a demonstração do que é o perigo do obscurantismo, o uso de símbolos para valores diferentes do que representam, do retrocesso para a humanidade que esta gente, esta linguagem, estas ideias são capazes de trazer.

Não podemos esquecer o inferno das guerras, o terror das ditaduras e a escravidão da dignidade que esta gente é capaz de promover.

E combatê-la é escolher o caminho da democracia e da liberdade que hoje se prova ser o mais seguro para todos: é o reforço do contrato social e do papel do Estado no combate às desigualdades; é dar humanismo à economia e torna -la circular e verdadeiramente social; é uma Europa com harmonização fiscal e mais forte no respeito pelos seus valores e pela coesão, e sem paraísos fiscais; é a defesa dos direitos humanos, da tolerância, da paz, da cooperação e da harmonia entre os povos, contra as tentativas totalitárias ou de egoísmos; é a política, a economia e a sociedade centrada na pessoa humana.

São os tempos que enfrentamos, e os que aí vêm, que vão obrigar a fazer estas escolhas.

E será uma atenção redobrada dos eleitores e dos cidadãos e uma exigência cívica e civilizacional para salvarmos o planeta, construir um presente melhor e termos um futuro com segurança e dignidade. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”.

O deputado José João Moura entregou documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro publico, queria colocar duas questões que acho que são pertinentes.

A primeira tem a ver com a proposta efetuada por sua excelência no passado dia 14 de maio de 2020 em reunião de câmara sobre a alienação da participação social detida pelo Município de Montalegre na Sociedade Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega S.A., em que seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

fixado o preço de alienação, resultante da avaliação a realizar pelo ROC nomeado pelo Município e que posteriormente seria submetido à Assembleia Municipal.

Ora Sr. Presidente, gostaríamos assim que esclarecesse esta alienação, e se ela se concretizar, está a admitir “Mea Culpa” na acumulação de prejuízos ao longo de trinta anos por má gestão e por indefinição e incapacidade dos acionistas, para resolver os seus muitos problemas.

O Sr. Presidente sabe o quão difícil é conseguir uma licença para abate e transformação de carne de ungulados? Sabe quantos matadouros existem neste momento a laborar no distrito de Vila Real? Apenas um, e é o nosso.

E se a câmara sair da sociedade do matadouro, com todo o seu poderio financeiro e institucional, porque não consegue resolver os seus problemas, então dificilmente alguém teria capacidade para os resolver, pelo que a decisão de venda nos parece um abandono do Matadouro à sua sorte.

Ao contrário do que acontece com os matadouros municipais de, e dou alguns exemplos só no Norte do País: Miranda do Douro, Vinhais, Bragança, Monção e Resende, etc, em que os municípios fazem questão de ter um matadouro que ajude os produtores pecuários a escoar os seus produtos e a rentabilizar o seu árduo trabalho, e ao mesmo tempo asseguram a criação de postos de trabalho diretos e indiretos.

Levantam-se muitas dúvidas perante este hipotético cenário.

O que irá acontecer aos funcionários do matadouro se a câmara alienar o seu capital?

O abate de suínos e correspondente apoio aos produtores de fumeiro como iria ser efetuado?

O matadouro regional do Barracão tem aprovado as seguintes atividades, com o número de controlo veterinário, vulgo carimbo, T 47: Matadouros de ungulados domésticos: Espécies: Bovinos(B); Ovinos (O); Caprinos (C); Solípedes(S); Leitões(Io); Suínos(P); Sala de Desmancha de Ungulados e a atividade de Entreposto frigorífico em que armazena carnes refrigeradas de aves e produtos alimentares congelados. Isto é um luxo nos dias de hoje. E isto significa que tem as mesmas condições higienosanitárias para proceder ao abate de animais ungulados que qualquer outro matadouro no país e na Europa. Por isso pergunto novamente: Vamos Alienar este património????

A segunda questão tem a ver com a GR 50 - Grande Rota Peneda-Gerês que atravessa o Parque Nacional da Peneda-Gerês, e no nosso concelho estende-se por 66 Kms.

Este itinerário tem um potencial imenso, quer em termos turísticos quer em termos culturais e surgiu do aproveitamento dos caminhos rurais, bem como das antigas calçadas e os trilhos de pastoreio em zonas onde a natureza e a tranquilidade da montanha imperam.

Não faltam oportunidades para conhecer o riquíssimo património histórico e arqueológico do Parque Nacional, conviver com as tradições e a cultura das comunidades que habitam neste território e apreciar os sabores locais.

Unindo os cinco municípios que integram a área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês, esta Grande Rota é um percurso linear, organizando em etapas que começam e acabam em aldeias onde existem alguns serviços de apoio, nomeadamente alojamento.

Este caminho deve ser uma aposta promocional e turística do concelho, uma vez que atrai pessoas que têm a vontade de explorar o Interior do país, as suas pequenas aldeias, vilas, e conhecer as suas gentes. É uma forma de reabilitar as aldeias desertificadas que temos no concelho e ajuda a instalar novamente o comércio local e tradicional, criando postos de trabalho fixos e não voláteis a meia dúzia de eventos sazonais.

Montalegre não deve deixar assim de proteger esta oportunidade de desenvolvimento, pois trata-se de um turismo dinâmico, amigo do ambiente e benéfico em termos culturais. Perante este cenário pergunto a Vossa Excelência Sr. Presidente de Câmara para quando a inauguração deste caminho?

O caminho neste momento, principalmente no concelho de Montalegre, tem zonas em que as marcas de sinalização mal se veem, quer pelo desgaste provocado pelas intempéries do inverno, quer pelo crescimento de mato, tojos e giestas resultado da falta de manutenção e limpeza.

Além disso, escoar o saneamento de aldeias por uma fossa séptica a céu aberto pelo meio do caminho, penso que não será a melhor maneira de promover o mesmo, e denota o interesse do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

município perante tamanha joia que pode ser aproveitada. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

O deputado Nuno Pereira falou do matadouro e deixou a recomendação para ser tratado com todo o empenho pois trata-se de um instrumento âncora do dinamismo económico do concelho. Centrar o tema do despovoamento em Montalegre não é justo. É um tema transversal a todo o interior que exige uma medida forte e unida. Temos que deixar o discurso de coitadinhos e ter consciência que é uma consequência de más políticas sucessivas. Faz falta unir forças vivas do interior para resolver este problema.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas desta Assembleia Municipal. Bom dia a todos! Começo esta intervenção desejando que todos os presentes e respetivas famílias estejam bem e que assim continuem. Se há coisa que a Covid19 nos veio mostrar (para além de que somos muito mais pequenos do que o que pensamos) é que há mais coisas que nos unem do que o que nos separa.

Felizmente, no nosso concelho imperou a responsabilidade e bom senso e os casos positivos foram residuais. Tomara que assim continuemos porque esta batalha está ganha, mas a guerra ainda não tem fim à vista.

A responsabilidade e bom senso de que vos falo foi muito para além do individual e, como é sua função e dever, também os serviços públicos e o poder político souberam ler a realidade e agir em conformidade.

De facto, o poder local foi exemplar na sua ação!

E aqui parece-me de elementar justiça que se refira o trabalho da Câmara Municipal de Montalegre que, como sempre, olha de frente os desafios e responde à altura.

Em tempo record o município organizou-se e respondeu aos desafios da Pandemia criando respostas e serviços em áreas como a Educação, a Cultura, a Proteção da Comunidade e da Saúde, o fomento da Economia Local.

Vale a pena tomar tento nisto porque a tendência para ver o que falta e o que falha é muitas vezes mais tentadora.

Vale a pena tomar tento no que é bem feito e feito por bem!

A exemplo disso refira-se a entrega de mais de 130 computadores com acesso à internet a alunos com escalão A e B, não deixando ninguém de fora nem ninguém para trás. A igualdade de oportunidades, para nós, não é apenas uma moda nem um chavão, para os socialistas a igualdade de oportunidades “faz-se” acontecer, promove-se, ajuda-se a construir.

Refira-se também a colaboração na entrega de material didático e pedagógico a crianças; a entrega de bens essenciais e medicação à população idosa; a entrega de cabazes de alimentos a famílias com crianças que deixaram de poder contar com a alimentação da escola.

Referir também a reformulação do funcionamento das AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular) que à distância produzem material lúdico e pedagógico para os alunos do 1.º ciclo. (De resto, quem tiver curiosidade, estas aulas estão disponíveis no site da Câmara Municipal, porque os professores das AEC's estão a trabalhar e, tal como os professores titulares, preocupados em desenvolver as competências dos seus alunos).

De facto, o fecho das escolas afetou os alunos não só no que respeita ao seu papel educativo, mas também no papel de rede de apoio às famílias, como sendo o fornecimento de refeições, o cuidado e atenção com os mais frágeis e isto a Câmara Municipal não deixou faltar e merece, também por isso, o nosso reconhecimento.

E não podemos esquecer também o trabalho e o papel da Biblioteca Municipal que, num verdadeiro exercício de adaptação a esta realidade, promoveu e desenvolveu materiais para a promoção da leitura e criou uma espécie de “takeaway” de livros com a requisição de livros à distância.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Educação, Cultura e Ação Social são de facto as áreas que captam a minha atenção, mas não fiquei distraída nem alheia a outros trabalhos e ações da Câmara Municipal para aliviar os encargos das famílias e dos comerciantes.

Refiro-me à isenção do pagamento de água e saneamento durante três meses. Quando a maioria dos municípios apenas adiou o seu pagamento, a Câmara de Montalegre isentou os municípios desse pagamento.

Também os feirantes e lojistas do mercado municipal contaram com a isenção do pagamento das suas taxas num momento em que tiveram que fechar os seus negócios.

Para terminar, quero ainda fazer referência à Rede de transportes públicos que permitiu, de forma gratuita, a mobilidade dos municípios neste período.

Finalmente, quero deixar uma palavra de reconhecimento pessoal às Juntas de Freguesia que, também com o apoio da Câmara Municipal, fizeram a distribuição de material de proteção à população em geral e, não tenho dúvida, estiveram sempre atentos às necessidades das suas gentes. Muito obrigada pela vossa atenção. Assinado, a deputada Ana Isabel Alves Dias.”

O deputado Ricardo Moura agradeceu à Câmara pelo trabalho feito no combate à pandemia.

Falou do matadouro e disse que se a gestão foi menos boa a culpa é de todos os Barrosões. O orçamento do matadouro até estava a correr bem, mas infelizmente começou a inverter pois deixaram de consumir os couros.

Disse que os socialistas não são assim tão maus como dizem, o matadouro faz falta, o emprego faz falta e toda a gente faz falta em Montalegre. Toda a gente gosta de Montalegre e temos que dar o exemplo.

O deputado Paulo Barroso deixou uma palavra de agradecimento e louvor à Câmara Municipal de Montalegre pela forma como soube lidar com o Covid 19 que tão mal tem feito ao mundo. A fronteira de Tourém não é um caso menor pois trata-se de uma aldeia cravada em Espanha e houve terrenos que deixaram de ser cultivados. A autarquia fez chegar esta mensagem ao Governo e depressa foi resolvida. Agradeceu também ao Senhor Primeiro Ministro pelo empenho demonstrado.

O deputado José Bento Caselas entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caras e caros colegas.

Queria realçar o excelente trabalho realizado pelo Município de Montalegre e pela Comissão Municipal de Proteção Civil, durante o período de 19 de março até hoje: o cancelamento da Sexta 13; a elaboração do Plano de Contingência e o de desconfinamento; apoio logístico e em material de proteção individual a todos os edifícios públicos; demos apoio institucional e em material de proteção individual a todos os lares e IPSS’s do Concelho; montagem do Hospital de Campanha no Multiusos com 120 camas; oferta de material de proteção individual às corporações de Bombeiros de Montalegre e Salto e ao Centro de Saúde; demos máscaras a todos os comércios locais; criação do Núcleo de apoio às Juntas de Freguesia com a colaboração dos Presidentes de Junta que são agentes de Proteção Civil; fornecimento de todas as informações aos Presidentes de Junta, como demos máscaras para os mesmos distribuírem pela população; fornecemos equipamentos de proteção individual e desinfetantes às escolas do Concelho; organização do Mercado Agrícola; apoio nas fronteiras.

Obrigado, Senhor Presidente Orlando Alves, obrigado ao Município, obrigado a toda a equipa da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Quero aqui referir a parceria entre a Coopbarroso, o Município e o Pingo Doce, pois em tempo de Pandemia conseguiu-se vender 150 vitelos, que não tinham venda, pois os talhos não conseguiam escoar.

Toda a logística foi da Coopbarroso, mas o Município pagou os transportes entre Montalegre e Santarém.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tanto o Município como a Coopbarroso estão de parabéns, obrigado pelo apoio concedido aos agricultores, eles estão-lhes gratos.

Agradeço ainda ao Senhor Presidente Orlando Alves, a limpeza das bermas da estrada do Rio, excelente trabalho. Assinado, o deputado José Bento Caselas Dias”

A deputada Iva Rebelo disse que as lareiras do Prédio Albino Fidalgo II não puderam ser acendidas a pedido da Câmara pois o fumo saía pelas tomadas elétricas e pelas lâmpadas. A garantia da obra foi ativada e o problema não foi resolvido em tempo devido. Apenas agora foi resolvido o problema elétrico com o dinheiro que sai dos cofres da Câmara.

Pensa que oito mil euros para refutar o Estudo de Impacto Ambiental é um exagero.

Disse que a remoção do amianto não inclui a antiga escola primária do Bairro e pensa que também deveria ser retirado.

O deputado José Luís Nogueira falou de um assunto que preocupa toda a gente: o matadouro. O matadouro está a apresentar resultados líquidos positivos, mas o grande problema não está no funcionamento, mas sim no passivo que ronda um milhão de euros. O matadouro não está a dar prejuízo. Desde que é Presidente do Conselho de Administração que os resultados são sempre positivos. No primeiro ano, apresentaram 63 mil euros de lucro, no segundo ano tiveram 124 mil euros de lucro e este ano apresentaram 42 mil euros de lucro, apesar de todas as contrariedades. O grande problema do matadouro não está no seu funcionamento. O problema está no passivo acumulado aos longo dos anos. De passivo tem quase um milhão de euros, tendo vindo a diminuir, e capitais próprios negativos tinha a 31.12.2019, 982 mil euros. Para fazer face a este passivo, há falta de liquidez. Tendo capitais próprios negativos, não podem recorrer a fundos comunitários para fazer face a algumas exigências ou obras que eventualmente sejam precisas. O que é urgente é resolver a questão do passivo para que se possa levar a empresa a bom porto.

Sendo o Município de Montalegre acionista, o matadouro não pode recorrer a fundos comunitários. É um grande entrave e há que arranjar uma solução alternativa para resolver este problema pois o matadouro não pode parar de funcionar pois é uma alavanca para a economia do Barroso.

Disse que também a oposição deverá dar o seu contributo para que o matadouro saia desta situação. A dívida anterior que tem que ser paga, os protocolos com a DGAV, as contribuições para a Segurança Social, os salários são sufocos na hora de cumprir com os compromissos. No ano de 2018/2019, o matadouro recebeu menos 17% da faturação simplesmente porque não houve quem comprasse os couros.

O deputado Manuel Rebelo falou sobre o encerramento da fronteira de Sendim. Disse que passam lá diariamente 25 trabalhadores e com o seu fecho tiveram que ir por Chaves, o que acarretou imensas despesas e transtornos. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que diligências tomou em defesa destes trabalhadores, pois houve Câmaras que tentaram negociar, pelo menos, a passagem dos trabalhadores.

Disse que no dia 9 de março viu no site do Município o repovoamento de trutas no rio. O repovoamento não é feito em março. É feito depois das primeiras chuvas de setembro para que em março estejam prontas para sair.

Realçou que o rio do parque do Cávado foi limpo, mas não retiraram o lixo.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Sr.(s) Vereadores, os Sr.(s) Deputados e o público aqui presente.

As minhas primeiras palavras de hoje não poderiam ser outras senão as de felicitar publicamente todas as entidades que têm estado à frente desta guerra contra o Covid19, em especial as entidades locais, o Município, a Proteção Civil, as Corporações dos Bombeiros de Montalegre e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Salto, a Unidade de Saúde Pública do Alto Tâmega e Barroso e o Centro de Saúde de Montalegre.

O número de casos positivos no nosso concelho e a sua evolução são a prova de que as medidas de contenção promovidas foram as mais corretas e, além do mais, aplicadas no tempo certo. Como prova disso, lembro o cancelamento do evento Sexta-13, mesmo no início desta pandemia, ainda num período onde as orientações da DGS não impunham a proibição destes eventos.

Mas, sobretudo, quero enaltecer o comportamento irrepreensível e exemplar dos Barrosões que souberam seguir todas as recomendações da Direção Geral de Saúde quer na fase do confinamento quer, agora, na fase de desconfinamento. O cumprimento do isolamento dos casos positivos, o uso das máscaras nos locais públicos, o respeito pelo distanciamento social, tudo está a ser respeitado. Os resultados que o nosso concelho apresenta nos Boletins do Covi19, emitidos diariamente pela Delegação de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, são a prova do civismo e da responsabilidade que todos os Barrosões demonstraram durante o período da pandemia ao terem interiorizado rapidamente estes novos hábitos e se terem adaptado a esta nova realidade.

Durante estes três meses de pandemia ficou patente aos olhos de todos os portugueses a importância que o nosso Sistema Nacional de Saúde tem tido no combate a este vírus. Desde os auxiliares, enfermeiros e médicos que estiveram na frente da batalha dia após dia, sem hesitarem um segundo, pondo a sua própria vida em risco para salvarem a dos outros. Estes são verdadeiramente os heróis desta batalha, muito obrigado a todos os profissionais de saúde.

Isto só veio demonstrar que devemos ter um Sistema Nacional de Saúde forte, robusto financeiramente, bem equipado e dotado de instalações condignas.

Do mesmo modo espero que tenha ficado bem patente para todos os Barrosões o privilégio que temos em viver num concelho como o nosso, rodeado de natureza, de serras, rios, barragens, paisagens paradisíacas, o ar puro, o silêncio, a qualidade de vida que temos em contraste com os que vivem nas grandes cidades. Do esforço que todos temos de fazer para preservarmos este paraíso que é Barroso.

Durante este período de confinamento ninguém se esqueceu da ameaça que o concelho está a sofrer com a possibilidade de termos uma exploração mineira no nosso território. Não baixamos os braços, muito menos desistimos, a luta continua e as sessões de esclarecimento nas freguesias vão ser retomadas para explicar à população os perigos que este projeto vai causar no nosso território e nas nossas vidas.

À medida que vamos obtendo mais informação sobre o projeto da Mina do Romano, mais motivos encontramos para não apoiar a sua instalação na nossa terra.

Neste momento já existem respostas para algumas das perguntas que foram levantadas sobre este projeto: 1 - A exploração vai ser a céu aberto, com uma cratera de cerca de 800 metros de diâmetro, com área equivalente a 26 campos de futebol, 263 966 m². Durante os 20 anos de exploração serão movimentados trinta milhões de toneladas de rocha extraída, 30 000 000 ton; 2 - Durante toda a fase de exploração subterrânea vão ser usados, de uma forma contínua, explosivos para desmembrarem toda a frente rochosa; 3 - A cratera a céu aberto da mina, juntamente com a área das escombrelas, totalizam uma área equivalente a 42 campos de futebol, onde, devido à ação das águas da chuva, vão surgir os lixiviados que contaminarão linhas de água, solo e águas subterrâneas; 4 - Quanto aos consumos de água, o projeto apresenta números ainda mais assustadores, 5 000 m³ de água/dia, mais de um milhão e oitocentos mil metros cúbicos de água por ano, 1 825 000 m³/ano. Onde vão buscar esta água toda? À barragem dos Pisões e às nascentes existentes na serra. É o promotor que o afirma, não sou eu. Com estas necessidades de água, alguém tem dúvida de que as nascentes nesta zona vão secar e desaparecer? 5 - Sobre a produção de água residual e mineira, o promotor prevê a existência de 6 Pontos de descargas que vão despejar diretamente para o rio Beça e para as águas subterrâneas mais de três milhões e setecentos mil metros cúbicos de água residual por ano, 3 744 900 m³/ano. Haverá alguém que acredite que, com estas quantidades de águas residuais industriais, o rio Beça e os aquíferos não vão ser contaminados?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Toda esta destruição num concelho que ostenta o único parque nacional em Portugal (PNPG), que foi declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO, classificado como Património Agrícola Mundial pela ONU, em troca da criação de uma dúzia de postos de trabalho ligados à exploração mineira como forma de combater e travar o despovoamento do nosso território. Pura ilusão. Todos queremos o desenvolvimento do nosso concelho, mas esse desenvolvimento não pode ser feito a qualquer preço.

O Barroso já teve alguns exemplos para saber muito bem que trabalho temporário não fixa gente à terra. Quando o trabalho acaba, a empresa fecha e os trabalhadores seguem atrás.

Minas da Borralha, projeto mineiro, à época, um dos maiores do país. Criação de muito emprego ligado à exploração do volfrâmio que era feito tudo à base do esforço humano, à pá e picareta. Quando o minério deixou de dar lucro, a mina fechou e os trabalhadores abandonaram o concelho. O que é que ficou? O passivo ambiental, poluição das águas e dos solos.

Construção das Barragens. Alguns dos presentes ainda recordam o que era os Pisões nessa altura, o movimento que tinha, a vida que existia com a quantidade de trabalhadores que estiveram envolvidos na construção das barragens. Quando as obras acabaram, os trabalhadores foram embora. Trabalho temporário não fixa pessoas à terra.

Mais recentemente, com a construção da subestação hidroelétrica da Venda Nova III. Também se criaram postos de trabalho, a maioria ocupados por trabalhadores de fora do concelho. Houve movimento nas localidades mais próximas, no entanto, concluídas as obras, os trabalhadores foram embora à procura de trabalho noutra local.

Mais uma vez, trabalho temporário não fixa pessoas à terra.

Alguém acredita que, desta vez, vai ser diferente?

Esta mina não vai criar tantos postos de trabalho como a Mina da Borralha, porque agora será tudo feito com máquinas. Relembro que a maior mina de lítio do mundo emprega 10 trabalhadores. Quando o minério acabar ou deixar de ser rentável para a empresa, esta depressa abre falência e abandona o local e os poucos trabalhadores, na sua maioria de fora do concelho, também irão embora. Trabalho temporário não fixa gente à terra.

Mas o passivo ambiental, esse sim, irá permanecer por muitos e longos anos, a qualidade de vida que todos procuram no concelho de Montalegre, essa nunca mais voltará.

Termino com as frases da campanha promocional “Encantos de Montalegre, Diga Não ao Lixo” promovida, e muito bem, pelo município de Montalegre ao nosso território, que identificam motivos, mais que suficientes, para que a exploração mineira não se instale no Barroso.

Passo a citar: Somos terra, reserva da biosfera. Não a polua; Somos Património Agrícola Mundial. Somos bandeira do Mundo; Somos um santuário de paz. Não o infete com ruído; Não tire o oxigénio ao nosso território; Respiramos Natureza. Não mate este pulmão de Portugal; Temos a melhor água do Mundo. Não a contamine; Não permita que o património seja mal tratado”. Fim de citação. Por Barroso, pelas gerações vindouras, defendo Não à Mina Sim à Vida. Juntos, nesta luta, seremos mais fortes. Viva Barroso. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

A deputada Sandra Gonçalves disse que o deputado João Carlos Rodrigues deveria, em vez de falar aqui de política internacional, abordar os problemas dos jovens do concelho uma vez que assumiu a Presidência da CPCJ.

A deputada entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras

O município lançou recentemente uma campanha, muito bem-feita por sinal, em que faz o desafio de todos cuidarem e zelarem pelo paraíso maravilhoso que é Barroso.

Frases como: “Respeite o silêncio do Património, não o invada com barrulho”; “Somos um santuário de paz, não permita que o património seja maltratado”;

Se for o ruído dos camiões e da dinamite a esventrar as nossas serras para a mineração, já não há problemas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Se for para colocar betão armado sobre a muralha do Castelo de Montalegre com mais de 8 séculos, já não há problema?

“Batize a vida com a água desta maravilha de Portugal”; “Temos um chão imaculado, não deixem que o pisem por quem não merece”; “Temos a melhor água do mundo, não a contamine”

Se for a Lusorecursos a poluir com sacos de resíduos e escórias, já não há problema?

Se for para a Lusorecursos ir buscar 26 mil litros diários para a mineração já não há problemas? “Somos património agrícola mundial”; “Somos reserva da biosfera, não polua”; “Não tire o oxigénio do nosso concelho”, todos os flyers terminam com a frase, “Diga não ao lixo”.

Poderiam igualmente dizer “Não às minas”, pois a campanha enquadra-se perfeitamente nesta luta. Estas frases evidenciam a incompatibilidade do nosso território e modo de vida, com a exploração mineira. Lamentavelmente, a posição da câmara é favorável à exploração mineira no nosso concelho.

É incompreensível que esta campanha tenha custado bem mais que o estudo para contestar o EIA da Lusorecursos.

Absurdamente cara fica também a vinda do Queiman e da Pousa a cada sexta 13 em Montalegre. Pois 50 mil euros mais IVA por uma hora de espetáculo, demonstra a falta de respeito pelo uso do dinheiro dos munícipes quando a média do rendimento dos portugueses é de 12 mil euros por ano. Quantos de nós, aqui presentes ganha 50 mil euros por ano? 18 mil euros custou uma das viaturas adquiridas pelo município recentemente. Este contrato foi celebrado no dia 28/02/2020, uma vez que o município cancelou e bem o evento devido à pandemia, pergunto se o município rescindiu o contrato ao abrigo do artigo 330 e 331 do código dos contratos públicos? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado Fernando Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “O matadouro, que passou de tema de glorificação a crítica, está hoje numa nova fase de discussão.

O matadouro tem mais de 25 anos e muitos não conhecem a sua génese.

Quero deixar aqui algumas informações, embora genéricas, mas penso que úteis, para que cada um possa fazer o seu juízo mais fundamentado sobre o tema.

Em 1990, quando o PS chegou à Câmara, decorria o processo de concurso do matadouro.

Tinha sido criada uma sociedade SA-Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega.

O capital social era de 50 mil contos, passou depois para 100 mil contos e mais tarde para 125 mil com prémios de emissões.

Detinha o capital: PEC Estado; Cooperativa de Montalegre; Cooperativa de Boticas (que nunca o realizou); Caixa Agrícola; CM Montalegre; Centro de Gestão de Barroso; Privados.

Este matadouro inseria-se na Rede Nacional de Abate definida pelo Governo. Servia e seria o único nos municípios do Alto Tâmega.

Com o processo em concurso, logo no início do mandato do Dr. Pires, abrimos as propostas referentes à empreitada da obra de construção civil que incluía ETAR e duas câmaras de congelação e seguiu o processo para adjudicação à proposta mais baixa, por 774 mil contos, valor que veio depois a ascender a mais de 900 mil contos porque foi necessário pagar: projeto técnico, terreno, obras de adaptação a nova legislação, 5 viaturas, mobiliário e informatização, material de corte de carne, serra de desmancha, máquina de embalar a vácuo e covetização de carne.

Os objetivos e o âmbito do matadouro estavam definidos. Abate e comercialização de carne. Era o único para o Alto Tâmega e tinha essa dimensão e capacidade de abate de 3.000 toneladas ano. Não era um matadouro só para Montalegre.

O Dr. Pires levantou então algumas reservas sobre se os outros municípios viriam ou não abater a Montalegre, mas as regras do governo eram aquelas e o matadouro nasceu no nosso concelho por grande influência, à data, do eng. Justo, mas, verdadeiramente, também me parece, porque ninguém o quis. O argumento de maior produtor justificou que fosse puxado para o Barracão, ficando pelo caminho, e trancado na garganta, um desejo de negócio de terreno no Alto Fontão. Mas foi unânime que se tratava de uma infraestrutura estratégica para Montalegre e para a região e um equipamento indispensável no apoio à produção pecuária.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Apesar dos reparos do Dr. Pires então, houve consenso e deu-se todo o aval ao investimento. O Presidente Joaquim Pires foi mesmo o primeiro Presidente do Conselho de Administração do matadouro.

Ainda após a abertura das propostas, e no período de análise dos custos, o Dr. Pires chamou o eng. Justo e disse-lhe: Não podemos avançar com o matadouro porque o valor é muito superior ao que estava previsto na candidatura aos fundos comunitários. O eng. Justo confiava no apoio da Caixa Agrícola, que tinha fundado, e considerava que o objeto social daquela instituição era ajudar a economia local, investindo os lucros da instituição na região e, apoiar o matadouro era ajudar os próprios depositantes e clientes. Mas foi depois o senhor Ministro Arlindo Cunha que foi decisivo para se deixar cair a candidatura aos fundos comunitários e fazer uma nova, passados 8 meses, considerando os valores reais do projeto.

Em 1992, começaram as obras e o matadouro inicia o funcionamento em 1995.

Como se referiu, o matadouro custou cerca de 4,5 milhões de euros.

Dos fundos comunitários foram recebidos 2.164 mil euros (2 milhões de euros em 95, 125 mil euros em 1998 e 39 mil euros em 2004).

Ora, como se vê, há cerca de 2,3 milhões de euros que a sociedade teve de suportar. Mas não foi este o valor da dívida no fim da obra, foi mais, (2,790 mil de euros, pelo menos) porque foi necessária liquidez para se pagar para depois se fazer o pedido de reembolso da comparticipação europeia. Só o primeiro empréstimo de 1.125 mil euros passou para o dobro ao fim de quatro anos porque os juros eram na altura de cerca de 25% ao ano. Mais tarde o matadouro contraiu novo empréstimo e a dívida passou para 1.290.639 euros. E cresceu ainda mais com os juros.

A Caixa Agrícola, que era o parceiro que podia ajudar com os lucros gerados na agência de Montalegre, acabou, afinal, por ser ajudada, e recebeu esse dinheiro e quase outro tanto de juros: 1.290,639 euros e, pelo menos, 1.5 milhões de euros de juros.

Portanto, o matadouro partiu e viveu com esta realidade: 2.790 mil euros que deveu, e pagou, à Caixa Agrícola, admitindo-se que possa ter lucrado mais ainda com títulos de ações e penhoras. Este foi o verdadeiro problema e uma autêntica pandemia que atacou o matadouro.

Pode ter havido problemas de gestão, mas se fosse isso estavam resolvidos. Os problemas do matadouro estavam na sua origem, na dimensão, nos objetivos, que nunca foram alcançados. Os outros municípios nunca vieram matar ao Barracão e o matadouro era grande de mais só para Montalegre.

Foi este o erro e foi este o problema. Foi o erro estratégico inicial, o qual, apesar de termos alertado, nunca serviu para assacar culpa a outros. Todos queríamos o matadouro e aquela era a única forma que existia.

Depois do problema da Cooperativa, e da guerra na Caixa Agrícola, os problemas do matadouro foram mais evidentes e passaram a ser desfocados e associados ao que se passou na cooperativa e vistos em termos pessoais.

Até, quando o eng. Justo conseguiu um grande contrato de abate de gado com a SONAE, em 2004, se fizeram as maiores críticas, simplistas e demagógicas, que o matadouro estava a abater gado de fora, veja-se.

E houve pelo meio a crise da brucelose, a crise das vacas loucas e encargos com os subprodutos, que de um dia para o outro o matadouro teve que pagar, crises do preço dos couros, crise de venda de carne, dívidas incobráveis, os problemas da manutenção e as guerras da concorrência de preços entre matadouros (e suspeitas de atração de outros por simplificação no controlo sanitário).

Alguns atacavam o eng. Justo e achavam que a sua saída resolvia tudo. Pois aí está. A discussão inquinada nunca permitiu a verdadeira análise de saber se o matadouro era viável como estava, ou se, em função da dívida e da realidade diferente do projetado, se admitia ou não deixá-lo cair e fazer um novo, mais moderno e à dimensão da nova realidade, ou qualquer outra solução.

Perante penhoras e ameaças de iminente encerramento do matadouro, estabeleceu-se na altura um plano de contingência que nunca implementamos: com responsáveis do setor de Lisboa e regionais, fomos a Penafiel e garantiu-se um entreposto em Montalegre. Isto é, o matadouro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Penafiel, numa emergência imediata, de forma transitória ou definitiva até, assegurava o abate. Vinha buscar o gado uma vez por semana a Montalegre e garantiam a distribuição da carne, ainda por preços inferiores para os talhantes.

Certo é que o matadouro não encerrou e funcionou mais de 25 anos e, na maioria dos anos, os resultados, retirando “depreciações e amortizações”, eram positivos. Quer isto dizer que o matadouro conseguia pagar os custos, não suportava era a dívida.

Um acionista um dia sugeriu-me: e se arranjassemos alguém para o lugar do eng. Justo? Eu disse, não há problema, eu falo com ele e sei que não coloca problema. E ambos acordamos que se vier alguém tem de ser para fazer diferente. Tem de ser uma pessoa credível, preferencialmente do setor, e até podemos oferecer bom ordenado (podia rondar os 5.000 euros). Só que tem de aumentar o negócio e os lucros. Ao fim de seis meses, fica ou sai.

E ele apresentou-me um gestor credível. E arriscávamos. Só que, passados oito dias, depois de ver as contas, o candidato apontado disse que não aceitava, porque o problema do matadouro não tinha solução com aquela dívida.

Portanto, o que pensava, e penso, é que o problema do matadouro não está nos “bodes expiatórios”. O problema do matadouro era e é a situação inicial, abrange a tipologia, os objetivos regionais, que todos aceitamos, e que não é correto colocar a responsabilidade em cima de uma pessoa. Se fosse verdade que era um problema de gestão, então estava resolvido.

São estes os factos.

A Câmara sempre se empenhou com o matadouro e no serviço aos produtores, e também com os postos de trabalho, como acredito continua a fazer, e fez aquilo que podia dentro das condicionantes apontadas e das limitações legais, pois estávamos perante uma empresa privada.

Haverá mais informação recente e útil, que desconheço, mas este enquadramento pode ajudar a uma análise séria e responsável sobre aquilo que se passou e estudar melhor o que se poderá fazer para atacar o problema.

Porque para quem quer uma solução, atacar os problemas é sempre melhor que atacar o passado ou atacar as pessoas. Assinado, o deputado Fernando Rodrigues”.

O deputado João Carlos Rodrigues fez uma intervenção em defesa da honra e entregou o seguinte documento à Mesa: “Não me cabe educar ou instruir ninguém, nem muito menos alertar para a necessidade de uma visão global do mundo em que vivemos, mas cabe-me defender a entidade que agora represento e defender aqueles que não se podem defender. Assim, em nome de todas as crianças e jovens e em nome daqueles que constituem esta CPCJ, peço o maior respeito por esta entidade.

A CPCJ foi liderada pela Dr.^a Irene de forma exemplar, dedicada e competente.

As funções que agora ocupo assumem o peso do excelente trabalho de quem me antecedeu e, por isso, a responsabilidade é maior ainda.

Aceitei propor-me a eleição com essa responsabilidade, com humildade e disponibilidade para ouvir e perguntar e articular com as instituições no cumprimento da lei e na defesa das crianças e jovens do nosso concelho. É este o meu compromisso e de toda a comissão e queremos que estejam todos convergentes com esta luta. Assinado, o deputado João Carlos Rodrigues”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o sucesso do combate à pandemia teve início com a corajosa tomada de decisão do cancelamento da Sexta 13, pois tinha consciência que os nossos visitantes eram provenientes da zona mais problemática do país. Agradeceu a todos os que estiveram na linha da frente: Bombeiros, Proteção Civil, funcionários da autarquia e ao Vice-presidente pelo seu trabalho meritório.

Parabenizou o deputado João Carlos Rodrigues pois atua pela calada em problemas importantíssimos e de difícil desenvolvimento. Deseja-lhe muito sucesso, transmitindo que a autarquia, à semelhança do que tinha vindo a fazer, põe todos os serviços à sua disposição. Agradeceu a todos os que lá passaram pois desempenharam um excelente trabalho em prol de uma causa maior, que são as crianças e jovens do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente ao prédio Albino Fidalgo, disse que o problema está debelado.

Disse que a desertificação do interior é a espada apontada à cabeça de 1/3 do País. O interior oferece muitas oportunidades, mas chegamos ao cúmulo de os empresários locais não arranjam trabalhadores para as suas empresas. Em todo o lado, há falta de mão-de-obra. Os cursos profissionais são todos vocacionados para a área da hotelaria, mas no final do curso não há gente para trabalhar na hotelaria local. Fazer política à volta do despovoamento é fruta que não dá sumo. As forças políticas têm essa responsabilidade e no ano passado fez-se esse debate onde poucos elementos do PSD apareceram.

Relativamente às comemorações do feriado municipal, disse que ninguém teve convite, nem mesmo o Presidente da Assembleia Municipal. Quando se quer e tem interesse aparece-se e não se inventam desculpas.

O concelho de Montalegre é um concelho de turismo e património, mas as oportunidades não são aproveitadas. Na zona do PNPG há um conjunto alargado de medidas, mas que são muito limitativas. Deu o exemplo de um hotel em Pitões das Júnias e em Cabril que teriam lotação esgotada durante todo o ano, mas não é permitido e isso mesmo foi transmitido à Senhora Ministra da Coesão Territorial em Chaves.

Informou que os trilhos GR são promovidos pela ADERE e não pela Câmara Municipal de Montalegre e no dia do feriado municipal foi isso discutido com a Diretora Geral do ICNF.

Sobre a Sexta 13, disse que todos os contratos foram cancelados e quando o PSD fala em esbanjamento de dinheiro, quererá continuar a defender que a cobrança de entradas é a solução?

Afirmou que o Presidente da Câmara Municipal de Montalegre está a honrar os compromissos com a Associação Montalegre com Vida e relativamente ao amianto disse que está tudo a decorrer com normalidade e não está esquecida a antiga escola primária.

Sobre a abertura da fronteira de Sendim, disse que esta não é uma fronteira como as outras. Não pode ser controlada pela autarquia e o seu fecho foi uma determinação do Governo. Todos sabem que há constrangimentos e prejuízos, mas é uma competência dos Governos Português e Espanhol.

Assumiu que não tem conhecimento do projeto que o deputado Rui Cruz falou, mas não vale a pena vir a todas as reuniões para falar do mesmo assunto. A Câmara Municipal de Montalegre não anda a reboque de ninguém e só tomará decisões depois do conhecido resultado da análise ao Estudo de Impacto Ambiental como sempre foi dito e garantido ao interlocutor ou parceiro Montalegre com Vida.

Elogiou o excelente trabalho desenvolvido pelo Eng.º José Luís Nogueira e pelo Eng.º Justo que teve o mérito de durante anos a fio aguentar o matadouro e não o deixar cair.

Disse que a Câmara Socialista de Montalegre vai salvar o matadouro, mas gostava que o ajudassem a arranjar uma solução. O Presidente da Câmara está disposto a fazer a alienação do matadouro para o poder salvar e elogiou o deputado Acácio Gonçalves pelos alertas dados ao longo dos anos enquanto o PSD olhava para o lado.

Disse que a Caixa Agrícola não quer saber daquilo para nada, mas comprometeu-se a colaborar para solucionar o problema do matadouro. Este tem problemas nos carros de frio, na rede de gás, nas máquinas. São problemas a toda a hora que o podem fazer colapsar a qualquer momento.

A Câmara vai cumprir com o que é exigido pela condição de acionista. Reconhece, contudo, que a liquidação do montante que à Câmara é devido para suprir capitais próprios negativos não passa de um temporário ventilador se o mesmo não for feito pelos demais acionistas. Uma empresa com vinte etal funcionários e despesas de manutenção como as exigidas não pode ficar-se pelos atuais dias de abate. Há que dar-lhe outra dimensão!

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Rui Cruz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o documento à Mesa: “Sr. Presidente, o alarido que se gerou quanto à intervenção do Deputado João Carlos era apenas no sentido que ele deveria defender a sua honra após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que fecha a ronda e responde aos interpelantes. Fá-lo-ia agora neste momento, para não passar por cima de ninguém. Mas para mim dá no mesmo.

Quanto à questão aqui colocada pela Deputada Sandra Gonçalves, penso que alguém não entendeu. Tem de haver alguma honestidade, e não queria dizer honestidade intelectual, nas intervenções. Parece que isto está a gravar, puxa-se a fita atrás e perdemos 5 minutos, para ouvir o som nas colunas da sala. Acho que ela foi clara. Referiu que o deputado João Carlos Rodrigues deveria, em vez de falar aqui de política internacional, abordar os problemas dos jovens do concelho. No geral. Ela não disse que eram os problemas dos jovens da CPCJ como se quis fazer passar. Os jovens do concelho têm bastantes preocupações e problemas que carecem de medidas e ideias. Nem todos os jovens pertencem à CPCJ. Na CPCJ estarão 5% ou 2%, ou menos. E claro que são casos particulares que não interessam para aqui.

Gostaria também de dar os parabéns ao Deputado José Luís Nogueira pela clareza da informação prestada sobre o matadouro. É assim mesmo, não há que ter medo de expor a situação, mostrar os números, sem necessidade de andar a esconder nada atrás da cortina. Com mais informação melhor é a análise e melhor os contributos e até mais atenuada é a crítica. Reparem que se perguntarem lá fora a qualquer pessoa e eu inclusive, diria que o Matadouro dá prejuízo e afinal não é bem assim.

Vejo também que o Senhor Presidente da Câmara já tem uma linha de pensamento para a solução. Muito bem, tem um plano e isso é bom. Sabemos que as leis por vezes causam certos entraves e é preciso dar a volta. Já percebi qual a sua ideia ou o canal que quer utilizar para fazer chegar liquidez ao Matadouro. Outros contributos poderão surgir, outras soluções ser pensadas, nós estaremos cá também para isso dentro do possível, mas está diagnosticado o problema, que é o essencial nesta fase. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

A deputada Sandra Gonçalves agradeceu ao deputado Duarte Gonçalves pelo esclarecimento pois ela não quer saber quem são as crianças que estão sob vigilância da CPCJ, nem saber quais são os seus problemas. Ela quis-se referir ao facto de serem deputados municipais e terem que se preocupar com problemas essencialmente do concelho.

Disse que não irá tardar que a CPCJ apareça em propaganda com o símbolo do Partido Socialista. Não é o PSD que mete a política em tudo, é o PS. A CPCJ recebe dinheiro público e é natural que se fale na Assembleia Municipal da CPCJ e se escortine onde vai ser utilizado o dinheiro que é de todos. Quem não olha a meios para propaganda e utilizar as crianças não lhe parece a melhor solução. Viu-se isso na pandemia com a entrega dos computadores, as fichas escolares. Quem faz política e aproveita as crianças para propaganda suja não é o PSD.

Sobre o matadouro disse que é mais uma das obras megalómanas, mas esqueceu-se das piscinas, no pavilhão multiusos, a ponte da Assureira, a pista automóvel e o campo de tiro.

Sugeriu ao Presidente da Câmara que com tantas candidaturas para emprego na autarquia, deveria fazer uma base de dados de desempregados, e parceria com o IEFP e a Segurança Social, para que as empresas tenham acesso a essa mão-de-obra.

A deputada Iva Rebelo disse que há um ano e meio que os problemas do prédio Albino Fidalgo andam para ser resolvidos e estes apareceram três anos depois da obra ser inaugurada.

O deputado Manuel Rebelo disse que ainda bem que o Presidente da Câmara entende que o fecho da fronteira trouxe imensos prejuízos, mas o que perguntou e não lhe foi respondido é que diligências tomou a autarquia para evitar tais constrangimentos.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Três notas, muito rápidas, em resposta aos que criticam e põem em causa a equipa técnica que a Associação Montalegre Com Vida contratou para fazer a análise ao estudo de impacto ambiental da Mina do Romano,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

simplesmente porque entendem que 8.000 mil euros não chegam para pagar um grupo de trabalho competente. Só tenho a dizer que, mais uma vez, estão a ser precipitados e injustos para com os elementos dessa equipa técnica e para com a Associação Montalegre Com Vida. Não entendo porque é o fazem. O que é que ganham com estes ataques sistemáticos?

Para que não restem dúvidas, o custo da análise técnica ficou acordado nos 8.000 mil euros para se evitar a celebração de um contrato escrito, entre a Universidade Nova e a Câmara Municipal, que, de acordo com o código da contratação pública, passa a ser obrigatório quando o valor da prestação de serviço é superior a 10.000 mil euros.

Quando se souber os nomes dos elementos que compõem a equipa técnica que vão analisar o estudo, os que andam a criticar vão ter uma grande surpresa. Se calhar até vão ficar envergonhado com o que andaram para aí a dizer. Cá estaremos para ver.

Neste momento, só a Associação Montalegre Com Vida é que sabe quem são os elementos da equipa técnica, nem a Câmara Municipal sabe. A Associação é a única que tem acesso direto aos elementos dessa equipa.

A Câmara não teve qualquer intervenção na escolha da equipa, o único papel que vai ter é de passar o cheque e pagar, como se comprometeu desde o início e sem impor qualquer preço máximo.

Já agora aproveito para informar que a Associação tem mais duas equipas técnicas de duas Universidades diferentes, a trabalhar “pro bono”, que vão analisar o Estudo Impacto Ambiental da Mina do Romano.

Quem se predispõe a fazer este tipo de trabalho não o faz para ganhar dinheiro, fá-lo por convicções, por causas e porque acredita nas pessoas que lhes foram bater à porta.

Não é o preço que vai definir/garantir a qualidade do trabalho, mas sim o curriculum de cada elemento que compõe a equipa técnica. Não os coloquem em causa, ainda não sabem quem são. Não coloquem o rótulo da desconfiança nesta equipa, não é justo.

Não façam guerra partidária com o tema do lítio, por favor, não é benéfico para a causa que todos defendemos.

Em segundo lugar, queria lembrar que o tema da exploração mineira é muito importante e deve ser debatido na Assembleia Municipal as vezes que forem necessárias. Quando temos mais informação sobre a exploração do lítio, devemos partilhá-la com toda a Assembleia. Temos essa obrigação. Quando a Assembleia Municipal for chamada a pronunciar-se sobre a declaração de interesse municipal deste projeto mineiro, todos os deputados municipais devem ter o máximo de informação sobre este assunto para poderem votar com conhecimento e em consciência.

A declaração de interesse municipal é o único que os promotores deste tipo de projetos podem ambicionar e essa declaração depende da vontade de cada um dos deputados desta Assembleia. Por isso quanto mais informação tiverem melhor.

Não vale a pena andarem a dizer que a exploração do lítio é um desígnio nacional e que será declarado PIN (projeto de interesse nacional), isso não vai acontecer, é o próprio Ministro do Ambiente que já afirmou, por várias vezes, à comunicação social que não vai haver PIN's para projetos mineiros.

Por último, o Matadouro. Não será hoje que se vai tomar alguma decisão sobre as opções ou as escolhas que se devem tomar sobre o futuro/soluções para o Matadouro, não é este o momento, certamente que se voltará a falar sobre este assunto, iremos ter outras oportunidades para o fazer. No entanto, gostava que também fosse colocado em cima da mesa, a possibilidade de se transformar o Matadouro numa empresa municipal.

A Câmara Municipal pode aplicar 3 ou 4 milhões de euros para requalificar as instalações, resolver os problemas de tesouraria/financeiros e pôr o Matadouro a funcionar como deve ser.

É certo que as empresas municipais não podem candidatar-se a todos os fundos comunitários, mas podem candidatar-se a alguns. A Câmara Municipal assim o faz, não se pode candidatar aos avisos destinados a empresas privadas, mas pode candidatar-se aos avisos dirigidos para as entidades públicas.

O Matadouro é uma unidade industrial, âncora para o desenvolvimento económico do nosso concelho. Por isso deve ser mantido na esfera municipal. É importante encontrar soluções que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

permitam que o matadouro continue a prestar um serviço público de qualidade aos nossos agricultores, se cair nas mãos de privados esse objetivo pode desaparecer. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que solicitou ao Ministério da Administração Interna a abertura da fronteira de Tourém por causa dos trabalhos agrícolas e mesmo assim, a resposta demorou mais de um mês e meio. Tourém abriu no mesmo dia que abriu a fronteira de Barrancos. Tem de haver acordo entre os dois países.

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3.2. Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício Económico de 2019 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o documento à Mesa: “Quanto aos documentos de prestação de contas relativos a 2019, é como se diz na gíria, “outra vez arroz!” Tecnicamente o relatório de gestão está muito bem elaborado, com grande detalhe, rubrica a rubrica o que facilita a nossa leitura e perceção, os funcionários tiveram aqui um grande trabalho. O problema é a prática da coisa, o que vai além de todos os números com que muitos nem sequer gastam pestanas.

De facto, isto é, o bolo, o bolo dos 22 milhões que você dividiu a seu belo prazer. O que os Barrosões querem saber é se depois deste ano, e desse dinheiro todo gasto, a sua vida melhorou ou nem por isso!

E é precisamente aqui que nós sempre divergimos. Nas políticas de fundo, nas opções estratégicas de desenvolvimento. Isto é o resultado materializado em números daquilo que andaram a fazer, de bem e de mal.

Essas questões nós dirimidos em sede de orçamento, hoje analisamos números. Para isso temos de ir por partes: quanto ao Balanço devo referir que vocês têm até esta data desenvolvido uma gestão que atinge já em termos acumulados um prejuízo de quase 38 milhões de euros. É mais de um milhão de euros por cada ano que governaram a câmara.

Se formos à Demonstração de Resultados verificamos isso mesmo, ano em curso com um resultado líquido negativo superior a um milhão de euros.

Aqui, podemos verificar também outra coisa, que é o desequilíbrio operacional da câmara superior a 4 milhões de euros que é coberto pelos resultados financeiros e extraordinários. E devo referir que esse desequilíbrio tem um forte contributo da despesa com pessoal, ainda assim como se pode ver no relatório de gestão, página 29, esta aumentou nos últimos 3 anos sensivelmente meio milhão de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O que devo referir, é que não se pode considerar boa gestão aquela que assenta em sucessivos prejuízos.

Antes de me debruçar sobre o PAM e PPI, devo referir a existência de um défice orçamental. Ou seja, vocês tinham uma previsão de receita de 24.547.638 M€, e a receita efetivamente cobrada cifrou-se nos 22.056.435, 89 M€. Portanto, são dois milhões e meio de diferença, que vocês por um lado diferiram compromissos a pagar na ordem de 1 milhão e oitocentos mil, e assumiram como défice orçamental 928.943,86€ (ver pág. 17 RG).

Portanto, quando analisamos o ao plano de atividades municipal o Plano de investimentos, vamos necessariamente ver as vossas cativações à Ronaldo das finanças.

E então, não executaram sensivelmente 1 milhão no PAM e 1 Milhão e meio no PPI. Opções de cativação mais pesadas dão-se em: Educação, na iluminação e aquecimento das escolas, e na promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar; Proteção do ambiente e conservação da natureza; Saneamento (sobretudo Parafita); Caminhos agrícolas nas freguesias (sobretudo caminho da Assureira). Mas não cativaram, por exemplo na pista automóvel onde executaram praticamente a totalidade do valor previsto de 268.000€. Como sempre disse, são as vossas opções!

Sr. Presidente, queixou-se há pouco que não pode fazer nada para desenvolver a barragem dos Pisões por causa da cedência da água. Ora bem, está a ver, são as vossas opções erradas, pois nós alertamos na altura que isso ia acontecer, ao cederem a água para consumo iriam criar entraves e condicionantes ao desenvolvimento de atividades na barragem que a pudessem potenciar. Era óbvio, mas foi a vossa opção. Não se queixe!

Quero ainda deixar umas notas:

Devo referir que algo me chamou a atenção. A câmara paga 200.000 euros para o funcionamento do ecomuseu, contudo na execução de receita não consigo vislumbrar qualquer verba inscrita como proveniente do ecomuseu, tendo este uma loja.

Também existindo uma participação da autarquia no Matadouro de 26,88%, não se consolida contas com esta estrutura quer ao nível das amortizações e ajustamentos de balanço, que ao nível de eventuais proveitos ou custos que daí possam advir.

Termino, referindo que continua a haver uma opinião com Reservas dos Revisores oficiais de contas, assente sobretudo na impossibilidade de avaliar e validar a totalidade dos bens do ativo imobilizado do município, e a existência de uma provisão para riscos e encargos que poderá ser insuficiente para fazer face ao diferendo com as Águas do Norte SA relativo aos consumos mínimos de água, que se eleva já a mais de 2 milhões e quinhentos mil euros.

Face ao exposto, o grupo municipal do PSD irá formalizar um voto de abstenção em relação à presente prestação de contas. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

3.3. Aprovação do Relatório de Contas Consolidadas – ano 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

3.4. Aprovação da 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2020 (Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e Despesa, Alteração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Manuel Rebelo.

3.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2017 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei nº 22/2015, de 17 de março / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3.6. Aprovação do pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias Paradela Contim e Fiães, destinado à beneficiação das obras das aldeias de Ponteira, Loivos e Fiães;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou documento à Mesa: “Por uma questão de coerência de posições anteriores nesta matéria, como o pedido não vem acompanhado do respetivo orçamento, iremos formular um voto de abstenção. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Manuel Rebelo.

3.7. Aprovação do pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Montalegre e Padroso, destinado ao funcionamento corrente da União de Freguesias;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou documento à Mesa: “Relativamente ao pedido de apoio que se apresenta, é para funcionamento corrente, o que levanta algumas dúvidas, as quais o Sr. Presidente da Junta ou o Sr. Presidente da Câmara que assinou o despacho saberão explicar. O pedido da Junta diz que tem o intuito de ter receita corrente para algumas funções. É assim que está escrito. Se estamos a falar de funcionamento corrente, estamos a falar de água, luz, ordenados. Quer isto dizer que chegamos a meio do ano e a Junta de freguesia de Montalegre já não tem dinheiro para despesas correntes? Se assim for estamos perante algo grave! Gostaria de uma explicação. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Manuel Rebelo e Acácio Gonçalves.

3.8. Hotel Vista Alegre, Lda. / Declaração de interesse público municipal de empreendimento turístico / Aprovação;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções:

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3.9. Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade no Município de Montalegre – “Olhares pela Maternidade”;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Câmara, neste ponto teria necessariamente de intervir.

Finalmente temos apoio à natalidade. Não importa quem deu a ideia, quando a deu, ou como se materializa. O que interessa é que a tenha finalmente recebido. Depois de apoio ao nascimento de cabritos e vitelos, finalmente apoiamos o nascimento de crianças. E bem, pois não esperamos com isto que a natalidade aumente brutalmente, mas é um sinal. É um sinal que acarinhámos as famílias e quem cá decide ter filhos. É um apoio importante, que outros municípios vizinhos já tinham e nos ficava mal não ter. E você até dá mais, pois vai até aos três anos, pelo que estaremos a falar de 1800€ no total, que é mais que os 1000€ falados. E como vê, não vai para vinho como dizia, pois é um reembolso dos gastos com produtos para o bebé, efetuados na economia local.

É uma boa notícia. Contudo deixo o reparo, que o pagamento de até 50€/mês feito em 12 prestações não é prático em termos logísticos quer para as famílias, quer para a câmara. Em outros municípios, o que é feito é o reembolso das despesas anuais. Faz-se uma espécie de cerimônia, e entrega-se um vale que depois é reembolsável nos serviços através da apresentação dos comprovativos de despesa. Penso que o regulamento poderia ser aperfeiçoado nesse sentido. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3.10 Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Concessão de Regalias à Corporação de Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções:

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3.11. Proposta de aprovação da participação na Associação ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3.12. Proposta de aprovação da doação de Autocarro pesado de passageiros – 92-83-SI, ao Município do Tarrafal de Santiago – Cabo Verde;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Quanto a esta proposta apresentada, somos da opinião que uma Câmara como a de Montalegre deve ter no mínimo um autocarro.

Pode não servir para transportes escolares, mas poderia estar ao serviço das coletividades locais, das juntas de freguesias e associações, para fazer excursões e afins.

Somos solidários para com o Tarrafal, e se é para dar, é dar algo bom. Dê um autocarro novo se for preciso. Aliás, aquando da geminação que fizemos com a localidade da Noruega eles não nos deram um centro de saúde velho!

Acho que não fica bem este tipo de doação. E o facto de a autarquia ter um autocarro não é só pela utilidade. Quando o autocarro da autarquia circula leva as nossas cores, a nossa "bandeira", por isso está decorado. Daí defendermos que é essencial a autarquia manter o seu único autocarro que possui. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que já se verifica aqui uma evolução da tomada de posição do PSD da reunião de Câmara para esta. Na reunião da Câmara fizeram a seguinte observação “nós damos o autocarro e o que é que eles nos dão a nós?”.

Disse que o autocarro em questão é novo e é velho. É um autocarro com 300 mil Km, que satisfaz plenamente os anseios daquela gente, não damos sucata, nem desperdícios. Este autocarro que estava parado há um ano e meio praticamente sem circulação, estava a apodrecer, a precisar constantemente de baterias, tornando-se num veículo completamente dispensável.

Informou que as juntas de freguesia ou as associações nunca ficaram sem transporte pois a Câmara sempre assegurou tal serviço, tal como vai continuar a fazê-lo.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que foi pena não terem ido os três autocarros para o Tarrafal. Portugal tem essa obrigação histórica, cultural, moral e solidária para ajudar aqueles que mais precisam. Esta ação simbólica para o Tarrafal, que é um símbolo da luta pela liberdade e da democracia, e onde morreu um dos mais prestigiados políticos da altura, o barrosão Bento Gonçalves. Deve-nos orgulhar bem como em criar esta ligação e aprofundá-la com a nossa ajuda à medida das nossas possibilidades.

Deliberação: Aprovado por maioria seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Manuel Rebelo.

3.13. EHATB / Relatório e Contas 2019 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções:

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Período após a ordem do dia.

Foi dada a palavra ao público, tendo-se inscrito para intervir a Sra. Elizabete Cruz sobre o assunto do projeto de exploração mineira do lítio no concelho de Montalegre.

A Sra. Elizabete Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Chamo-me Elizabete Cruz e nasci em Montalegre. Muitos dos que aqui estão conhecem-me desde criança. Estou aqui porque estamos na iminência de ter uma exploração mineira no concelho com grande impacto, junto a Morgade, e uma outra exploração mineira experimental em Salto.

A área concessionada da mina do Romano em Morgade, tem 825 hectares, ou seja, 8 quilómetros quadrados! A área de concessão inclui outras infraestruturas além do buraco gigantesco, como imagino que sabem.

Estamos à beira da abertura de um concurso para prospeção mineira, em metade do território que não faz parte do parque nacional.

Esta assembleia municipal ainda não se pronunciou claramente, sobre os projetos mineiros no concelho? Como é que isto é possível?

Espero que não usem a desculpa de estarem a aguardar o resultado da avaliação do estudo de impacto ambiental. Estudo esse, realizado no terreno por funcionários da empresa com a qual o Estado assinou o mesmo contrato de concessão. Não me digam que, face ao evidente conflito de interesses, os senhores estão a apoiar esta vergonha!

Por outro lado, se há uns tempos atrás, era compreensível a ignorância de todos quanto às consequências das explorações mineiras no ambiente e na saúde das pessoas, hoje não há desculpas para ainda haver dúvidas.

Também não é aceitável, nesta altura, ainda não saberem que uma considerável fatia da sociedade deste concelho e, muito provavelmente a sua maioria, estão contra estes projetos mineiros.

Os promotores destes projetos e os senhores que representam esta autarquia, nem se deram ao trabalho de explicar às pessoas as mais que prováveis consequências negativas para a vida social e económica da população e agem como se fosse normal esperar pelos resultados de um estudo manhoso e depois reclamar num período ridiculamente pequeno de 30 dias.

Agem como se não houvesse verdadeiras alternativas de crescimento e prosperidade para o concelho!

Estou aqui hoje para pedir-lhes que façam o vosso dever.

Recordo-lhes o motivo pelo qual estão sentados nessas cadeiras. Não é por serem especiais ou melhores que ninguém. É porque se ofereceram para fazer serviço público. Se não sabem fazer serviço público, demitam-se!

As pessoas deste concelho confiaram em cada um de vós para zelarem pelos interesses desta comunidade. Sim, os interesses de toda a comunidade. Não os vossos interesses pessoais, nem das vossas famílias ou dos vossos amigos.

Sei que estão aqui pessoas que se preocupam com o bem comum e que se pautam por valores de honestidade e responsabilidade perante os eleitores que representam. É em vocês, dentro de todo o espectro político, que coloco a minha fé de que tomem as atitudes corretas.

É sabido que a câmara, querendo, tem várias formas de impedir a exploração mineira, seja por via de recusa de licenças, seja por alteração ao PDM. E como são tão criativos, aposto que conseguem descobrir mais maneiras. Se não impediram este processo de avançar até hoje, foi unicamente porque não quiseram.

Convenientemente para alguns, o tema das minas foi associado a partidos políticos. Esperam assim dividir a população e usar isso em benefício próprio.

Cabe a cada um dos presentes ter o discernimento que se exige nesta situação. Espero que já tenham decidido como é que querem ser lembrados no futuro e qual é o legado que querem deixar às novas gerações.

Não pensem que podem fugir a esta responsabilidade! Não pensem que podem desculpar-se com lealdades políticas ou partidárias!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Porque até a maior lealdade tem como limite a dignidade pessoal!

Quando é que esta assembleia toma uma posição formal relativamente à exploração mineira e aos pedidos de prospeção no concelho de Montalegre?

As pessoas lá fora, têm o direito de saber exatamente o que se passa aqui dentro. Quando é que as reuniões de camara e as assembleias municipais ficam disponíveis ao público em forma de gravação de vídeo e som, com qualidade? Assinado, Elisabete Cruz.”

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada, a discussão da ordem do dia e efetuada a intervenção do público estava encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Maria Gorete Barroso Afonso